

INFÂNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE O IMPACTO DAS CLASSES SOCIAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CHILDHOOD AND SOCIAL INEQUALITY: A LITERATURE REVIEW ON THE IMPACT OF SOCIAL CLASS ON CHILD DEVELOPMENT

INFANCIA Y DESIGUALDAD SOCIAL: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA SOBRE EL IMPACTO DE LAS CLASES SOCIALES EN EL DESARROLLO INFANTIL

Gabriella da Silva Vizotto¹
Helizabeth da Silva Faria²
Letícia Rodrigues de Souza³

RESUMO: O objetivo central deste estudo foi analisar, por meio de uma revisão sistemática de literatura, as principais desigualdades e diferenças no desenvolvimento infantil entre crianças de diferentes classes sociais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseou-se em fontes obtidas nos bancos de dados da SCIELO e do Google Acadêmico, considerando artigos publicados entre 2020 e 2025 que abordavam direta ou indiretamente as desigualdades sociais na infância. A partir da análise do material selecionado, identificaram-se os principais fatores sociais e econômicos que influenciaram diretamente o desenvolvimento das crianças, como renda familiar, condições de moradia e acesso à saúde. Além disso, descreveu-se como as desigualdades no acesso à educação impactaram de maneira significativa o desenvolvimento de crianças de diferentes classes sociais, interferindo em seu desempenho escolar, socialização e oportunidades futuras. A literatura consultada também evidenciou impactos expressivos das desigualdades sociais no desempenho cognitivo e emocional infantil. As crianças em situação de vulnerabilidade tendem a apresentar maiores dificuldades em aspectos como atenção, memória, linguagem e autorregulação emocional. Esses resultados demonstram que as disparidades sociais comprometem o desenvolvimento integral das crianças, reforçando a importância de políticas públicas que promovam a equidade desde os primeiros anos de vida.

Palavras-chave: Desigualdade social. Desenvolvimento infantil. Educação infantil.

¹Graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás).

²Graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás).

³Professora/orientadora no curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

ABSTRACT: The central objective of this study was to analyze, through a bibliographic review, the main inequalities and differences in child development among children from different social classes. The research, which adopted a qualitative approach, was based on sources obtained from the SCIELO and Google Scholar databases, considering articles published between 2020 and 2025 that directly or indirectly addressed social inequality in childhood. From the analysis of the selected material, the main social and economic factors that directly influenced children's development were identified, such as family income, housing conditions, and access to healthcare. In addition, the study described how inequalities in access to education significantly impacted the development of children from different social classes, affecting their academic performance, socialization, and future opportunities. The reviewed literature also highlighted the substantial effects of social inequality on children's cognitive and emotional performance. Children in vulnerable situations tend to experience greater difficulties in areas such as attention, memory, language, and emotional self-regulation. These findings demonstrate that social disparities compromise the integral development of children, reinforcing the importance of public policies that promote equity from the earliest years of life.

Keywords: Social inequality. Child development. Early childhood education.

RESUMEN: El objetivo principal de este estudio fue analizar, mediante una revisión sistemática de la literatura, las principales desigualdades y diferencias en el desarrollo infantil entre niños de diferentes clases sociales. La investigación, de enfoque cualitativo, se basó en fuentes obtenidas de las bases de datos de SCIELO y Google Académico, teniendo en cuenta artículos publicados entre 2020 y 2025 que abordaban directa o indirectamente las desigualdades sociales en la infancia. A partir del análisis del material seleccionado, se identificaron los principales factores sociales y económicos que influyeron directamente en el desarrollo de los niños, como los ingresos familiares, las condiciones de vivienda y el acceso a la sanidad. Además, se describió cómo las desigualdades en el acceso a la educación afectaron de manera significativa al desarrollo de los niños de diferentes clases sociales, interfiriendo en su rendimiento escolar, su socialización y sus oportunidades futuras. La bibliografía consultada también puso de manifiesto los importantes efectos de las desigualdades sociales en el rendimiento cognitivo y emocional de los niños. Los niños en situación de vulnerabilidad tienden a presentar mayores dificultades en aspectos como la atención, la memoria, el lenguaje y la autorregulación emocional. Estos resultados demuestran que las disparidades sociales comprometen el desarrollo integral de los niños, lo que refuerza la importancia de las políticas públicas que promuevan la equidad desde los primeros años de vida.

Palabras clave: Desigualdad social. Desarrollo infantil. Educación infantil.

INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais exercem influência significativa no desenvolvimento infantil, impactando diretamente as oportunidades educacionais e a construção de identidades das crianças. No Brasil, embora a educação seja vista como um meio de ascensão social, as diferenças econômicas e culturais limitam o acesso e a qualidade do ensino, especialmente para crianças de classes menos favorecidas.

Diante desse cenário, o objetivo central deste estudo foi analisar, a partir de uma revisão sistemática de literatura, as principais desigualdades e diferenças no desenvolvimento infantil entre crianças pertencentes a diferentes classes sociais. Como objetivos específicos, buscou-se identificar os principais fatores sociais e econômicos que influenciaram o desenvolvimento infantil, descrever de que forma as desigualdades no acesso à educação afetaram o desenvolvimento de crianças de distintas classes sociais e apontar as evidências apresentadas na literatura sobre os impactos das desigualdades sociais no desempenho cognitivo e emocional das crianças.

O processo educacional brasileiro é profundamente marcado pela classe social. Crianças de famílias com maior capital econômico e cultural tendem a apresentar melhores resultados escolares (Caprara, 2020), pois têm acesso a escolas de qualidade, recursos didáticos e apoio familiar. Caprara (2020) também destaca que a cor da pele influencia no desempenho acadêmico, sendo comum que alunos brancos obtenham melhores resultados do que negros ou pardos, o que evidencia como classe e raça se entrelaçam na reprodução das desigualdades.

Bittencourt (2010) reforça a importância de considerar essas disparidades para construir um sistema social mais justo. Paschoal & Machado (2009) apontam que, historicamente, a educação infantil passou recentemente de um caráter assistencialista a um espaço educativo, mas ainda reflete desigualdades entre classes. Guiomar & Marcelo (2012) e Castro (2009) enfatizam que a relação da criança com a escola é fortemente mediada por sua condição socioeconômica e pelo acesso a bens culturais.

A partir disso, a questão central que orientou este estudo foi: como as desigualdades sociais influenciam o desenvolvimento infantil entre classes distintas?

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao longo da história, a infância foi pouco reconhecida em suas particularidades, e as crianças eram frequentemente tratadas como “pequenos adultos”, submetidas a abandono, maus-tratos e condições de pobreza, especialmente aquelas oriundas de famílias desfavorecidas. Assim, a infância sempre esteve marcada por formas diversas de exclusão social (Passamai & Silva, 2009).

O cuidado com as crianças fora do ambiente familiar surgiu como uma resposta às situações de vulnerabilidade, como orfandade, pobreza e exploração do trabalho infantil. Com

a Revolução Industrial, essas desigualdades se intensificaram, dando origem a instituições filantrópicas, asilos e escolas voltadas aos filhos de operários. Essas iniciativas buscavam reduzir a mortalidade infantil e oferecer cuidados básicos, mas também tinham um caráter disciplinador e de controle social (Passamai & Silva, 2009).

No século XIX, a gravidade da situação das crianças abandonadas era evidente nas chamadas “rodas de expostos”, que deixavam clara a ausência de políticas de proteção. Somente, ao final desse período surgiram ações mais voltadas à infância, motivadas por mudanças sociais como a abolição da escravidão, a urbanização e a industrialização. Ainda assim, o acesso à educação infantil permanecia limitado e desigual, destinado principalmente a crianças pobres, de forma assistencial e filantrópica.

Com a chegada da República e a maior inserção das mulheres no trabalho fabril, cresceu a demanda por creches e escolas maternas. No entanto, esses espaços eram vistos como um “mal necessário” para famílias de baixa renda, e não como um direito universal, evidenciando como a origem social sempre influenciou o acesso à educação infantil (Passamai & Silva, 2009).

No que tange à relação entre a primeira infância e as estruturas de desigualdade no país, o artigo "Educação Infantil: História, Formação e Desafios" (Fonseca, Colares & Costa, 2019) oferece uma análise fundamental. Os autores indicam que as instituições de atendimento à criança pequena nasceram sob uma perspectiva classista. As creches surgiram ligadas ao assistencialismo (séculos XVII e XVIII), destinadas às crianças em situação de extrema pobreza, com o foco no cuidado físico e moralizador.

A educação, nesse contexto, era vista como caridade e objetivava a resignação dos mais pobres à sua condição, naturalizando a oferta de baixa qualidade (Fonseca, Colares & Costa, 2019). Em contraste, as pré-escolas ou jardins de infância, após um breve início popular, foram rapidamente apropriadas pela burguesia. Estas instituições tinham um foco educacional e cognitivo e eram vistas como preparatórias para o Ensino Fundamental, sendo associadas às classes mais privilegiadas. Embora a legislação atual tente unificar as propostas, a desigualdade persiste, mantendo, na prática, uma modalidade "assistencial" para a camada popular e outra "educacional" para a classe média (Fonseca, Colares & Costa, 2019).

Essa disparidade é agravada pela precariedade do financiamento e infraestrutura. Os estudiosos Fonseca, Colares & Costa (2019) alertam que, após a Constituição Cidadã, o Estado se afasta dos seus deveres, e o Novo Regime Fiscal (teto de gastos) compromete a correção das distorções históricas. O desinvestimento afeta diretamente a qualidade das instalações, que já

são notavelmente precárias, especialmente em creches, perpetuando um ciclo de desigualdade desde a primeira infância.

Por fim, os autores evidenciam a desigualdade na desvalorização profissional. O trabalho na Educação Infantil, especialmente em creches, é desvalorizado por estar associado ao cuidado corporal e ao doméstico, atividades que historicamente possuem menor prestígio social. Essa desvalorização se traduz em diferenças salariais em relação a outras etapas do Ensino Básico e é sustentada pela quase totalidade de mulheres na área, reforçando a subordinação de gênero e a desigualdade no campo da educação (Fonseca, Colares & Costa, 2019).

Diante do exposto, é possível concluir que a infância no Brasil tem sido historicamente atravessada por desigualdades sociais, econômicas e de gênero, que moldaram tanto o surgimento quanto o desenvolvimento das instituições voltadas ao cuidado e à educação das crianças. Desde as práticas assistencialistas das primeiras creches até as atuais discrepâncias entre o atendimento destinado às classes populares e às mais favorecidas, observa-se a permanência de uma lógica excludente que limita o acesso à educação infantil de qualidade.

Como evidenciam Passamai e Silva (2009) e Fonseca, Colares e Costa (2019), a educação infantil ainda reflete as marcas de um sistema social que diferencia o “cuidar” e o “educar” conforme a classe social e o gênero, desvalorizando tanto o trabalho das profissionais da área quanto o potencial formativo dessa etapa. Assim, superar essa herança exige políticas públicas comprometidas com a equidade, o financiamento adequado e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, de modo a romper o ciclo histórico de desigualdade social que persiste desde a primeira infância.

DESIGUALDADES SOCIAIS E INFÂNCIA NO BRASIL

Desigualdade social é a distribuição desigual de recursos, oportunidades e direitos entre indivíduos ou grupos em uma sociedade, criando disparidades de riqueza, educação, saúde e poder. Ela se manifesta por meio de fatores como classe social, gênero, raça e etnia, limitando o acesso de certos grupos a benefícios essenciais e perpetuando um ciclo de desvantagem, conforme apontado pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco (2019).

A infância é a primeira etapa do desenvolvimento humano, que vai do nascimento até os 12 anos de idade, ou o fim da puberdade. É um período crucial em que ocorrem intensas transformações físicas, mentais e emocionais, moldando o futuro desenvolvimento da pessoa.

A qualidade das experiências, do afeto, do estímulo e da proteção recebidos nessa fase é fundamental para que a criança alcance todo o seu potencial.

A desigualdade social e a infância no Brasil revelam um cenário marcado por fatores históricos e estruturais que perpetuam exclusões e limitam o pleno desenvolvimento das crianças. Para Rosenberg (2003), a desigualdade social brasileira é profundamente enraizada e se manifesta de maneira mais intensa sobre determinados grupos, como as crianças negras e nordestinas, que figuram entre as mais atingidas pela pobreza. Essa condição evidencia como as marcas da história e da organização econômica do país atravessam gerações e continuam determinando oportunidades desiguais desde os primeiros anos de vida.

Os principais indicadores citados pela autora são: mortalidade infantil, desnutrição infantil, acesso a saneamento básico, acesso à educação e frequência escolar e acesso aos serviços de saúde, que reforçam esse quadro ao demonstrarem que, embora tenham ocorrido melhorias ao longo das últimas décadas, a distância entre crianças de diferentes classes sociais ainda permanece significativa (Rosenberg, 2003). Essa disparidade mostra que, mesmo em contextos de crescimento econômico, as conquistas não se distribuem de forma equitativa, penalizando, sobretudo, os grupos historicamente marginalizados.

No campo da educação, a expansão da educação infantil representou um avanço importante, mas não suficiente para reverter o quadro. De acordo com Rosenberg (2003), esse crescimento foi marcado por forte segregação social e por uma qualidade muitas vezes limitada, já que as creches e pré-escolas foram direcionadas, em sua maioria, às populações mais pobres. Essa lógica acaba reforçando desigualdades, pois, ao invés de garantir um direito universal e com qualidade para todas as crianças, perpetua a ideia de que a educação infantil é uma política de assistência voltada apenas às famílias em situação de vulnerabilidade. Assim, a infância brasileira continua a ser vivida em condições desiguais, revelando a necessidade de políticas públicas que ultrapassem a lógica compensatória e reconheçam a criança pequena como sujeito de direitos.

Arenhart e Silva (2014) evidenciam como as desigualdades sociais e escolares atravessam a infância no Brasil, a partir da comparação entre dois grupos distintos: crianças residentes em uma favela do Rio de Janeiro e aquelas pertencentes à classe média/alta, que frequentam uma escola com estrutura simbólica de castelo. Enquanto, as primeiras enfrentam condições de moradia precária, ausência de saneamento básico, carência de espaços de lazer e pouca segurança, além de restrições no acesso a bens culturais e educativos, as segundas desfrutam de

maiores recursos materiais e culturais, mas também vivenciam situações como isolamento e excesso de institucionalização, resultado de agendas repletas de compromissos.

No campo educacional, os autores destacaram que a escola brasileira, ao invés de reduzir as desigualdades, historicamente contribuiu para sua reprodução, sendo considerada um verdadeiro “funil de exclusão” que atinge sobretudo as camadas populares. Embora o acesso à educação tenha se ampliado ao longo dos anos, essa democratização não foi acompanhada da garantia de condições igualitárias, já que fatores como classe social, gênero, raça, etnia e território continuam a atuar como barreiras significativas.

Nesse cenário, as crianças em situação de maior vulnerabilidade social, especialmente as que vivem nas ruas, sofrem um processo de dupla exclusão: além de enfrentarem restrições pelo simples fato de serem crianças, também carregam o peso das desigualdades de classe, o que as priva muitas vezes de direitos fundamentais ligados à infância. De acordo com os autores Arenhart e Silva (2014), a infância no Brasil não pode ser compreendida de forma homogênea, uma vez que está diretamente condicionada às desigualdades estruturais que marcam a sociedade.

IMPACTOS DAS DESIGUALDADES NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COMO POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO

7

As desigualdades sociais e seus impactos no desenvolvimento infantil configuram um dos desafios mais urgentes e complexos da atualidade, pois interferem diretamente nas oportunidades de crescimento integral das crianças e na construção de uma sociedade mais justa. A condição socioeconômica precária afeta não apenas o bem-estar físico e emocional, mas também o desenvolvimento cognitivo e educacional, perpetuando um ciclo de exclusão que se estende até a vida adulta. Diante desse cenário, a educação de qualidade surge como uma das principais possibilidades de superação dessas desigualdades, atuando como instrumento de transformação social e emancipação humana. Discutir os impactos da pobreza e da desigualdade na infância, bem como o papel da escola e das práticas pedagógicas na redução dessas disparidades, é essencial para compreender de que maneira a educação pode romper barreiras estruturais e promover uma formação verdadeiramente equitativa e inclusiva.

No que tange aos determinantes de saúde e desenvolvimento, Silva & Leite (2023) concluem que a condição financeira precária figura como uma das principais causas de prejuízos significativos ao bem-estar e ao desenvolvimento da criança, estendendo-se até a vida adulta.

O estudo demonstra que a desvantagem socioeconômica impõe obstáculos ao desenvolvimento orgânico e neuronal, afetando estruturas cerebrais cruciais. A baixa renda, por exemplo, está associada à redução da massa cinzenta do hipocampo e a impactos negativos no córtex pré-frontal, região vital para o controle da atenção, regulação emocional e aprendizagem complexa. Consequentemente, estas alterações orgânicas resultam em maior dificuldade no desenvolvimento da linguagem, na alfabetização, na inteligência psicométrica e nas habilidades sociais e cognitivas.

A desigualdade também se manifesta de forma acentuada na esfera educacional (Silva & Leite, 2023). Observa-se que a baixa posição socioeconômica dos pais está diretamente ligada ao baixo desempenho escolar dos filhos, um problema frequentemente agravado pelo baixo nível de escolaridade dos próprios genitores. Nestas famílias, a instabilidade financeira e a necessidade de focar na subsistência familiar levam à negligência do acompanhamento educacional da criança, além de privá-la de estímulos essenciais, o que prejudica tanto o seu desenvolvimento quanto o seu desempenho escolar.

Em um plano psicossocial, a dificuldade financeira gera sofrimento psicológico na criança e desestrutura o ambiente familiar, causando desemprego, escassez de alimentos e elevando o estresse e a irritabilidade dos pais. Tais adversidades familiares aumentam o risco de transtornos de humor e ansiedade e tornam a criança mais vulnerável a desenvolver comportamento antissocial e violento, que pode persistir na adolescência e vida adulta. Dessa forma, Silva e Leite (2023) enfatizam que, apesar das políticas públicas vigentes, a desigualdade e a pobreza continuam a impactar negativamente o desenvolvimento infantil em uma escala global, necessitando de maior efetividade na redução desses impactos.

A educação de qualidade, nesse sentido, é vista como a ferramenta primordial para nivelar as oportunidades e combater as disparidades sociais, atuando como um vetor de mudança, mesmo que as raízes da desigualdade sejam externas ao ambiente escolar.

Para Alcântara (2024), a superação se manifesta na prática docente, considerada um agente de transformação. O trabalho das professoras, ancorado em uma práxis reflexiva, busca a emancipação dos alunos, indo além de uma abordagem meramente técnica. As intervenções pedagógicas e o vínculo afetivo estabelecido pelas educadoras representam um elo potencial para transformar a realidade educacional das crianças, especialmente em contextos periféricos. Mesmo diante da precariedade estrutural e da burocracia, as professoras demonstram um profundo comprometimento em proporcionar experiências que possam efetivamente

contribuir para o enfrentamento da desigualdade social e mobilizar o conhecimento como um direito de cidadania. O estudo reafirma, assim, que o trabalho docente é um pilar essencial na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

Waldeck Carneiro, Flavia Monteiro de Barros Araújo e Pablo Silva Machado Bispo dos Santos (2023), propõe uma análise que revela como o sistema educacional brasileiro se transformou em um aparelho de reprodução das desigualdades sociais.

Os autores (2023) argumentam que, após a universalização do acesso à escola pública, o problema da exclusão não foi resolvido, mas sim deslocado. A escola deixou de excluir por negar a matrícula e passou a excluir por meio de mecanismos internos de seleção, que transformam as desigualdades sociais em fracasso escolar em larga escala, manifestado por altas taxas de evasão e reprovação.

Fundamentando-se em Bourdieu, os estudiosos destacam que a escola impõe uma cultura escolar hegemônica como a única válida, exercendo a violência simbólica contra os estudantes das classes populares. A herança cultural e os saberes desses alunos – frequentemente pobres e negros – são desvalorizados e sancionados pelo sistema. A escola os trata como "recipientes vazios" e rejeita sua cultura de origem como "incorreta" ou "inculta", reforçando um processo de descapitalização cultural.

Essa imposição arbitrária de conteúdos, desprovidos de significado para a vida dos estudantes, é a essência da "educação bancária" criticada por Freire. O impacto final da desigualdade, segundo os autores, é que o sistema educacional não apenas falha em se reformar, mas também estigmatiza os alunos que abandonam a escola como incapazes ou sem vocação, ratificando e reforçando a dominação simbólica das classes dominantes.

MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual se efetuou uma revisão sistemática de literatura sobre a temática “Desigualdades e diferenças no desenvolvimento infantil entre crianças de classes sociais distintas”. Para o levantamento de dados, foram consultados os bancos de dados da SCIELO e do Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: “desigualdade social”, “desenvolvimento infantil”, “classe social”, “educação infantil” e “acesso à educação”.

Foram selecionados artigos produzidos entre os anos de 2009 e 2023 que tratavam, direta ou indiretamente, das diferenças sociais no crescimento das crianças. Como critério de exclusão,

desconsideraram-se artigos que não apresentavam relação com o tema ou que estavam fora do período estipulado.

Ao todo, foram analisados 10 artigos, todos utilizados na pesquisa: 5 compuseram a revisão sistemática de literatura inicial e outros 5 foram incorporados na etapa mais recente do estudo. Desse modo, apresenta-se um quadro síntese com o título, autores, perguntas de pesquisa e objetivos das obras selecionadas, pois isso permitirá compreender de modo amplo os elementos principais de cada produção científica.

Tabela 1: Identificação dos estudos incluídos para a análise de dados

Título dos artigos	Autores	Pergunta/problema de pesquisa	Objetivos
“Oferta de Educação Infantil, Políticas Públicas e Vulnerabilidade Social.”	Walace Rodrigues e Adriana Feitosa Freire.	Reflexão sobre as políticas públicas educacionais e a oferta de educação infantil em áreas com alta vulnerabilidade social	Discutir a relação entre políticas públicas, oferta de vagas e qualidade da educação infantil para populações socialmente vulneráveis.
“Os Impactos das Desigualdades Sociais na Educação Infantil.”	Adriana Bacelar Azevedo e Prof. Dr. Diego Pinheiro Alencar	A educação infantil em Jussara/GO constitui um espaço democrático e acessível a todos, diante das desigualdades sociais?	Analisar a evolução da oferta e do acesso à educação infantil no município, verificando se as instituições garantem igualdade e inclusão.
“A Desigualdade Social e os Processos de Ensino e Aprendizagem de Crianças da Educação Infantil”	Marina Siqueira David	Como a desigualdade social interfere no ensino e na aprendizagem de crianças da educação infantil do CMEI “Liane Quinta”, em Presidente Kennedy/ES?	Compreender os impactos da desigualdade social nos processos de ensino e aprendizagem dessas crianças.
“Desigualdade Social na Educação Infantil”	Cintia Rodrigues Norberto e Andreine Lizandra dos Santos	De que forma os professores podem desenvolver uma postura crítica e reflexiva diante da desigualdade social?	Investigar como a escola enfrenta a desigualdade social na construção da aprendizagem em sala de aula.
“A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional”	Jaqueline Delgado Paschoal e Maria Cristina Gomes Machado	Há um descompasso entre o discurso legal sobre a educação infantil e a realidade das escolas brasileiras?	Analisar historicamente a trajetória da educação infantil no Brasil, discutindo avanços, retrocessos e desafios na busca por qualidade.
“Condição de Classe e Desempenho Educacional no Brasil”	Bernardo Mattes Caprara	Como a condição de classe dos estudantes influencia seu desempenho na educação básica?	Analisar e rastrear o impacto da condição de classe no desempenho escolar dos alunos brasileiros.

“Nossas Escolas Não São As Vossas: As Diferenças De Classe”	Guiomar de Oliveira Passos e Marcelo Batista Gomes	Qual o significado da escola para diferentes classes sociais e como o sistema educacional reflete as desigualdades de classe?	Examinar as relações entre sistema de ensino e classes sociais, com base em Bourdieu, e analisar percepções sobre a escola em distintos grupos sociais.
“Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira”	Jorge Abrahão de Castro	Quais desigualdades ainda persistem nas condições educacionais dos brasileiros?	Identificar a evolução e as desigualdades na educação nacional, oferecendo subsídios para formulação de políticas públicas.
“Políticas públicas em educação e a garantia do direito à educação no contexto de desigualdade social no Brasil”	Rachel Costa de Azevedo Mello e Jaqueline Moll	Como a meritocracia contribui para a manutenção das desigualdades sociais, educacionais e do fracasso escolar no Brasil?	Analisar a relação entre desigualdades e meritocracia no contexto educacional e discutir o papel das políticas públicas no enfrentamento dessas questões.
“O espaço e os outros: aspectos da experiência da vida urbana retratada por crianças de diferentes classes sociais”	Maria Inês Garcia de Freitas Bittencourt	Como as condições de vida urbana influenciam os modos de ser, pensar e sentir das crianças, especialmente nas formas de brincar entre diferentes classes sociais?	Refletir sobre o brincar e suas funções no desenvolvimento infantil, analisando como crianças de classes distintas vivenciam o espaço urbano e constroem experiências de alteridade.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2026.

Para análise desses artigos, foi utilizado a questão de pesquisa como elemento norteador, o que possibilitou sistematizar os principais aspectos apresentados na literatura em relação ao presente estudo, desse modo, apresenta-se a seguir a síntese desses achados, detalhando as diferenças sociais e educativas encontradas no desenvolvimento infantil entre crianças de classes sociais distintas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de estruturar a análise e a discussão dos resultados, a interpretação dos dados e a construção dos argumentos apresentados foram norteados pela investigação das diferenças sociais e educativas encontradas na literatura científica em relação ao desenvolvimento infantil em contextos socioeconômicos diversos com a pergunta de pesquisa: “Quais as principais diferenças sociais e educativas que são encontradas na literatura científica, no que diz respeito ao desenvolvimento infantil entre crianças de classes sociais distintas?”

Os estudos empreendidos sobre a desigualdade social entre crianças de classes diferentes, tema que se revelou não ser uma problemática recente, demandaram uma incursão que inicialmente priorizou os achados mais contemporâneos. Ao nos aprofundarmos na

literatura, notamos que artigos como os de Caprara (2020), Azevedo (2020), Norberto (2023), Melo e Moll (2020) e David (2022) ofereciam uma perspectiva atual.

Contudo, para uma compreensão mais sólida e aprofundada das raízes e da evolução do tema, foi imprescindível retroceder no tempo, revisitando obras que estabeleceram as bases do debate. Essa necessidade de aprofundamento justificou a amplitude do espaço temporal entre as datas das fontes consultadas, incorporando então trabalhos mais antigos, como os de Passos e Gomes (2012), Bittencourt (2010), Pascoal e Machado (2009) e Castro (2009), que evidenciaram a persistência histórica desta desigualdade, reforçando que o tema ultrapassava o âmbito da discussão meramente atual.

É crucial abordar a discussão sobre as desigualdades sociais e o desenvolvimento infantil com a seriedade que o tema exige, utilizando evidências teóricas e empíricas que sustentem a análise. A partir dessa perspectiva, as análises desenvolvidas buscaram compreender de que maneira as condições socioeconômicas e o acesso desigual à educação influenciam o desenvolvimento integral das crianças, evidenciando os impactos dessas disparidades no contexto social e educacional, com base nas produções científicas encontradas.

A discussão sobre as desigualdades sociais e o desenvolvimento infantil no Brasil revela um cenário em que a estrutura de classes não apenas define o acesso a bens materiais, mas também molda profundamente as trajetórias de vida e a própria subjetividade das crianças. O sistema escolar, longe de ser um mero instrumento de ascensão social, atua como um potente mecanismo de reprodução da desigualdade, conforme a crítica sociológica (Passos & Gomes, 2012).

O impacto da desigualdade é vasto, inscrevendo-se nos domínios cognitivo, emocional e social das crianças de maneiras distintas e, por vezes, paradoxais.

O desempenho acadêmico é fortemente determinado pela condição de classe. Caprara (2020), ao analisar dados do Saeb, demonstrou que o volume de capitais (econômico e cultural) é o fator mais robusto na predição do sucesso ou fracasso escolar. Crianças de classes mais altas herdam um capital cultural (hábito de leitura, escolaridade dos pais) que se alinha perfeitamente às expectativas da escola, facilitando a proficiência em áreas como Língua Portuguesa e Matemática. Em contraste, Passos e Gomes (2012) argumentam que a escola penaliza as classes populares ao ignorar a desigualdade cultural prévia, exigindo pré-requisitos que apenas as classes favorecidas possuem.

Essa disparidade de capital cultural se reflete no acesso a conhecimentos básicos. Estudos mostram que o contexto familiar em que a leitura faz parte do cotidiano está diretamente ligado ao sucesso na alfabetização, enquanto crianças de lares com pouca ou nenhuma leitura chegam ao Ensino Fundamental com alto grau de dificuldade (Azevedo et al., 2022; Norberto et al., 2023).

As diferenças de classe atingem a forma como a criança experimenta sua infância, afetando a capacidade simbólica e criativa. Freitas Bittencourt (2010) revelou que as crianças de classes populares, apesar de conviverem com a violência e a precariedade, demonstram uma apropriação lúdica e criativa do espaço mais preservada e uma ênfase no "aqui e agora". Isso sugere uma maior capacidade de espontaneidade e engajamento na brincadeira simbólica. Já as crianças de classes médias/altas, vivem o paradoxo do confinamento, com suas vidas excessivamente estruturadas por um "projeto de preparação" para o sucesso. A pressão por performance e a ansiedade do "vir a ser" provocam um declínio precoce da brincadeira simbólica e um "esvaziamento do sentido da experiência interior", restringindo a autenticidade e a capacidade criativa.

No plano social, a desigualdade gera segregação. Freitas Bittencourt (2010) aponta que a cultura do consumo e a pressão pelo sucesso nas classes altas resultam em uma dificuldade de lidar com o outro como semelhante. O medo e a rejeição aos "marginais" se tornam parte do imaginário. Já para as classes populares, a exclusão se manifesta na percepção de serem espectadoras da vida da "cidade do asfalto".

O acesso a recursos e oportunidades de qualidade varia drasticamente conforme a classe social, iniciando-se na primeira infância

A Educação Infantil (creches e pré-escolas) é um recurso fundamental para o desenvolvimento pleno da criança e para a redução das desigualdades (Paschoal & Machado, 2009). No entanto, o acesso a essa modalidade é profundamente desigual. Rodrigues, Freire e Da Cruz Ribeiro (2019) e Castro (2009) indicam que o acesso à creche é historicamente restrito, atingindo majoritariamente as famílias de baixa renda e, mesmo onde há oferta, a qualidade estrutural das escolas públicas, que atendem as classes desfavorecidas, é frequentemente inadequada (Azevedo Mello & Moll, 2020).

O Capital Econômico é um marcador direto do estoque de escolarização. Castro (2009) demonstrou que a população mais rica (5º quintil de renda) possuía o dobro de anos de estudo acumulados em comparação com a população mais pobre. Essa desigualdade se manifesta no alto índice de analfabetismo concentrado na população de baixa renda. Para David (2022), o

contexto de pobreza – que inclui fome, desemprego e violência – impõe privações materiais e emocionais que funcionam como limites intransponíveis, inviabilizando o processo de escolarização para a criança e sua família.

A redução das desigualdades exige uma intervenção que seja estrutural e pedagógica, indo além de ações meramente compensatórias.

A principal intervenção, defendida por Azevedo Mello e Moll (2020), é a proposição de políticas públicas em educação de caráter democrático e participativo, visando a luta contra a desigualdade estrutural. Eles criticam políticas de caráter compensatório por serem insuficientes para sanar os problemas educativos reais, defendendo que a escola pública deve ser transformada em um espaço de qualidade que assegure o acesso e as aprendizagens comuns a todos.

É essencial expandir a oferta de Educação Infantil de qualidade para a população mais vulnerável, atacando o problema da desigualdade desde a base, conforme enfatizado por Rodrigues, Freire e Da Cruz Ribeiro (2019).

A escola precisa desnaturalizar as diferenças e combater a ideologia meritocrática. Azevedo Mello e Moll (2020) alertam que o sistema escolar legitima o fracasso ao culpar o aluno pobre, afetando seu bem-estar emocional. A prática deve se concentrar em garantir o direito inalienável à condição humana (acesso à cultura e à filosofia), independentemente da origem social.

A prática pedagógica não pode "tratar desiguais como se fossem iguais" (Passos e Gomes, 2012, p. 361). É imperativo desenvolver estratégias que reconheçam e valorizem os saberes e o Capital Cultural trazido pelas crianças de classes populares (Caprara, 2020), como a criatividade e a espontaneidade lúdica (Freitas Bittencourt, 2010), em vez de supô-los deficientes. Professores, mesmo com recursos limitados, atuam para amenizar o impacto da pobreza, garantindo alimentação, vestimentas e, principalmente, acolhimento e o trabalho da igualdade por meio de interações lúdicas (David, 2022).

A discussão dos estudos revela que a desigualdade social no Brasil é o motor das disparidades no desenvolvimento infantil. Ela se materializa em um fosso cognitivo (fruto do desigual Capital Cultural) e em uma cisão subjetiva (o confinamento ansioso das classes altas versus a vulnerabilidade criativa das classes populares). A escola, ao sancionar essas diferenças, reproduz o status quo sob a capa da equidade. A superação desse quadro exige uma intervenção política que priorize a Educação Infantil de qualidade e a adoção de políticas públicas

democráticas e de luta que transformem a escola pública em um espaço que assegure o pleno desenvolvimento de todas as crianças, como um direito inegociável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a análise integrada dos estudos evidencia que a desigualdade social na infância constitui o eixo estruturante das diferenças observadas no desenvolvimento infantil e na Educação Infantil no Brasil. As pesquisas demonstram que a classe social atua como um marcador decisivo na definição do acesso a oportunidades, na construção das subjetividades e no próprio modo como as crianças vivenciam a infância.

Enquanto, as camadas mais favorecidas acumulam capitais econômico e cultural que se alinham às exigências escolares, as classes populares enfrentam privações que comprometem o aprendizado, o bem-estar e o pleno exercício da cidadania. A escola, que deveria ser espaço de compensação e inclusão, ainda reproduz as desigualdades, legitimando um sistema que naturaliza as diferenças e penaliza os mais vulneráveis.

Superar esse cenário implica reconhecer que a desigualdade não é apenas um fenômeno econômico, mas também pedagógico e simbólico, inscrito nas práticas, nas expectativas e nas estruturas institucionais. Assim, torna-se urgente consolidar políticas públicas democráticas e redistributivas, que garantam educação infantil de qualidade para todas as crianças, especialmente as oriundas das classes populares. Isso requer investimento estrutural, valorização docente e práticas pedagógicas que respeitem os diferentes repertórios culturais e afetivos das crianças, transformando o espaço escolar em um ambiente de emancipação, e não de exclusão. Somente ao tratar a educação infantil como um direito universal e inegociável, e não como um privilégio de classe, será possível romper o ciclo histórico de desigualdade social e promover um desenvolvimento humano verdadeiramente equitativo desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. C. (2024). Trabalho docente e desigualdade social: a educação infantil em questão. Universidade da Região de Joinville.

ARENHART, Davi & SILVA Maria R.da. (2014). Entre a favela e o castelo: infância, desigualdades sociais e escolares. Cadernos CERU, 25(1), 59-82.

AZEVEDO, Adriana Bacelar et al. OS IMPACTOS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

NA EDUCAÇÃO INFANTIL. 2022.

BITTENCOURT, Maria Inês Garcia. O espaço e os outros: aspectos da experiência da vida urbana retratada por crianças de diferentes classes sociais. *Revista Mal-Estar e subjetividade*, v. 10, n. 4, p. 1301-1323, 2010.

CAPRARA, Bernardo Mattes. Condição de classe e desempenho educacional no Brasil. *Educação & Realidade*, v. 45, p. e93008, 2020.

CARNEIRO, W.; ARAÚJO, F. M. de B.; SANTOS, P. S. M. Bispo dos. (2023). Desvelamento e superação das desigualdades educacionais: diálogo entre Bourdieu, Freire e Darcy. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 15(6), p. 5629-5653.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. *Educação & Sociedade*, v. 30, p. 673-697, 2009.

DAVID, Marina Siqueira. A DESIGUALDADE SOCIAL E OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL. 2022.

DICIONÁRIO de Favelas Marielle Franco. (2019). Plataforma WikiFavelas. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) / Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

FONSECA, André Dione; COLARES, Anselmo Alencar; COSTA, Sinara Almeida da. Educação infantil: história, formação e desafios. *Educação & Formação*, v. 4, n.º 12 (set./dez.), p. 82-103, 2019.

MELLO, Rachel Costa; MOLL, Jaqueline. Políticas públicas em educação e a garantia do direito à educação no contexto de desigualdade social no Brasil. *Perspectiva*, v. 38, n. 2, p. 1-21, 2020.

NORBERTO, Cintia Rodrigues et al. Desigualdade Social na Educação Infantil. 2023.

NORBERTO, Cintia Rodrigues et al. Desigualdade social na educação infantil. *Revista Brasileira de Educação Infantil*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 45-58, 2023.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista Histedbr on-line*, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2009.

PASSAMAI, Gislaine de Llima; SILVA, Joice Ribeiro Machado da. A história da educação infantil. *Revista Científica Eletrônica de Pedagogia*, Ano VII, n.º 13, jan. 2009.

PASSOS, Guiomar de Oliveira; GOMES, Marcelo Batista. Nossas escolas não são as vossas: as diferenças de classe. *Educação em Revista*, v. 28, p. 347-366, 2012.

RODRIGUES, Wallace; FREIRE, Adriana Feitosa; DA CRUZ RIBEIRO, José Manoel Sanches. OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, POLÍTICAS PÚBLICAS E VULNERABILIDADE SOCIAL. *Revista Magistro*, v. 1, n. 19, 2019.

ROSEMBERG, F. (2003). Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In M. C. Freitas

(Org.), *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude* (pp. 49-85). São Paulo: Cortez.

SILVA, F. S.; LEITE, B. de M. O. (2023). Os impactos da desigualdade social na saúde mental e seus efeitos no desenvolvimento infantil: uma revisão integrativa da literatura. *Revista FOCO*, 16(6): e2111.